

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.150 - RJ (2019/0122654-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : JOSÉ RICARDO DE ABREU JÚDICE
ADVOGADOS : MÔNICA PIMENTA JÚDICE - ES012639
ALAOR DE QUEIROZ ARAÚJO NETO - ES014952
EMBARGADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão assim ementada (fl. 459):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. INTIMAÇÃO PESSOAL. IMPOSSIBILIDADE. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL APÓS O PROCEDIMENTO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Em suas razões, o embargante sustenta a existência de erro material, na medida em que "a decisão embargada partiu de uma premissa equivocada de que não teria havido impugnação quanto à necessidade de intimação pessoal do adquirente" (fl. 467). Aduz, ainda, que a decisão foi omissa quanto ao enfrentamento dos argumentos apresentados no recurso especial.

Pugna pelo acolhimento dos embargos.

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como, para corrigir erro material.

No presente caso, verifica-se que não há qualquer vício a ser sanado, na medida em que as questões levantadas nos presentes embargos de declaração foram objeto de análise no recurso especial, no qual se afirmou que o fundamento no sentido de que - a nulidade do procedimento demarcatório por ausência de intimação pessoal não se estende ao recorrente, pois adquiriu o imóvel após quarenta anos do procedimento -, não foi impugnado nas razões do recurso, de forma que o recurso não pode ser conhecido por deficiência de fundamentação, nos termos das Súmulas 283 e 284 do STF.

Portanto, diante dos termos da decisão embargada, não se evidencia a ocorrência de nenhum dos vícios previstos no dispositivo em questão, sobretudo porque a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada, objetivando o embargante, por via reflexa, o rejugamento da causa, o que não é possível em sede de embargos de declaração.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

